

Desenvolvimento sustentável e suas dimensões - uma reflexão a partir do conceito de sustentabilidade e educação ambiental à luz da teoria do Campo Social.

Leandro Barreto, Thiago Louro de Araujo y Silvio Cesar Oliveira Benevides.

Cita:

Leandro Barreto, Thiago Louro de Araujo y Silvio Cesar Oliveira Benevides (2019). *Desenvolvimento sustentável e suas dimensões - uma reflexão a partir do conceito de sustentabilidade e educação ambiental à luz da teoria do Campo Social. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/1532>



Desenvolvimento sustentável e suas dimensões – uma reflexão a partir do conceito de sustentabilidade e educação ambiental à luz da teoria do Campo Social

Leandro Barreto
Thiago Louro de Araujo
Silvio Cesar Oliveira Benevides

Resumo

O termo sustentabilidade surgiu na Ecologia, associado à vida e às condições ecológicas necessárias para que se tenha condições de viver com bem-estar e realização de suas finalidades, não sendo apenas, uma sobrevivência física. Sendo assim, devido aos hábitos incorporados por uma parcela significativa da população mundial, o grande desafio do século XXI será a sustentabilidade. É imperioso se adequar a uma nova consciência, controlando o desperdício e a sede insaciável de consumo por novos hábitos ou, o planeta caminhará rumo ao caos devido aos costumes que cada vez exigem mais da natureza que ofereça recursos. Emerge, então, a necessidade de repensar um novo paradigma de desenvolvimento relacionado à vida política e social mundial. Nesta perspectiva, este texto busca associar a ideia de desenvolvimento sustentável que começou a ser discutido na Conferência das Nações Unidas em Estocolmo e seu conceito cunhado no Relatório Brundtland em 1987, à luz da teoria de Campo Social, desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002). Para o autor, dentro desse Campo existem relações de forças entre agentes que almejam controlar as regras de funcionamento de um determinado universo social por meio dos embates travados em sua arena.

Palavras-chave

Sustentabilidade; Desenvolvimento Sustentável; Campo Social.

Abstract

The term sustainability has emerged in Ecology, associated with the life and ecological conditions necessary for one to be able to live with well-being and fulfillment of its purposes, not just being a physical survival. Therefore, due to the habits incorporated by a significant portion of the world population, the great challenge of the 21st century will be sustainability.

It is imperative to adjust to a new consciousness, controlling the waste and the insatiable thirst of consumption for new habits or, the planet will walk towards chaos due to customs



that increasingly demand more of nature that offers resources. The need to rethink a new paradigm of development related to world political and social life emerges. In this perspective, this text seeks to associate the idea of sustainable development that began to be discussed at the United Nations Conference in Stockholm and its concept coined in the Brundtland Report in 1987, in the light of the Social Field theory developed by the French sociologist Pierre Bourdieu (1930 -2002). For the author, within this Field there are relations of forces between agents that aim to control the rules of functioning of a given social universe.

Keywords

Sustainability; Sustainable development; Social field.

Introdução e problematização

Com o propósito apresentar de forma clara a problemática do desenvolvimento sustentável o presente texto busca estudar a origem e o contexto do surgimento da noção de sustentabilidade e como se deu seu desdobramento para Desenvolvimento Sustentável por meio dos embates na arena internacional. Na segunda parte foi feito um levantamento sobre as orientações da Organização das Nações Unidas (ONU), partindo de seus documentos, que servem de referência para todas as práticas a serem seguidas ao redor do planeta. Na sequência uma revisão bibliográfica contextualizando a sustentabilidade, as dimensões do desenvolvimento sustentável, a educação ambiental e a ideia de Campo Social de Bourdieu. Por fim, as considerações finais da pesquisa em andamento.

A ideia de sustentabilidade tem duas origens. A primeira, ligada à biologia voltada à temática da ecologia, relacionada com a capacidade dos ecossistemas se recuperarem das agressões do próprio meio ambiente e do homem (regeneração / resiliência).

A segunda, na economia, relacionada ao desenvolvimento, tendo em vista o crescente aumento na produção e consumo de bens de forma que as gerações futuras também possam ter acesso aos recursos, ou seja, defende que não haja agressões antrópicas, desflorestamento, extração exacerbada de minerais com o propósito de não incentivar a cultura do consumismo, onde aqueles que podem, esbanjam com gastos exorbitantes. Surge assim, a compreensão de sustentabilidade sobre a consciência de que os recursos naturais são finitos e no ritmo que segue, caminha-se para um gradativo e perigoso desaparecimento.



Desde as Conferências da ONU em Estocolmo (1972), Rio (1992), Johannesburgo (2002) de maneira geral, pode-se falar que a reflexão a respeito da sustentabilidade gira em torno da capacidade de a sociedade manter-se. Desse modo, a partir das problemáticas levantadas pela Organização, de que o desenvolvimento precisa contemplar o viés ambiental – desenvolvimento sustentável – que vem sendo incorporado ao tema a dimensão social.

A pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais do mundo. Portanto, é inútil tentar abordar esses problemas sem uma perspectiva mais ampla, que englobe os fatores subjacentes à pobreza mundial e à desigualdade internacional. (Brundtland, 1987, p.4).

A partir deste pensamento, incorporou-se o entendimento de que a pobreza é provocadora de agressões ambientais, devido à falta de recursos em adquirir técnicas preservacionistas. Ou seja, devido à sua condição, seria injusto cobrar de um pobre que ele seja sustentável, por isso, a sustentabilidade deve considerar as barreiras sociais existentes e a qualidade de vida pensando na geração atual e nas próximas.

Partindo desta reflexão inicial, percebe-se que muitos interesses estão em jogo quando o assunto é sustentabilidade, uma vez que o assunto diz respeito a várias áreas da sociedade interferindo diretamente na economia. À luz de Bourdieu, pode-se dizer que as relações de dominação, subordinação e adesão estão dentro de um mesmo campo (Campo Social), pois com os passos dados será difícil, por exemplo, incentivar as pessoas a comprarem ou não determinada cadeira, pois, dependendo de sua procedência ela pode estar colaborando para o desmatamento ilegal. Deve-se fortalecer o discurso de que a pessoa fique sem a cadeira, ou orientar que ao consumir um produto a sua procedência seja analisada?

Dentro deste campo há muitos interesses, uns da parte do dominante (grandes empresas) que querem a cada dia se impor, outros, frutos das relações sociais que possuem desejos (consumidores) e irão lutar por um lugar nesta arena e, ainda, um terceiro, aqueles que tentam convencer as pessoas (ambientalistas) qual a forma correta de ter o bem, para que outros possam ter também.

Segundo Catani, Bourdieu conseguiu desenvolver um pensamento sociológico que ajuda na reflexão sobre “a lógica da dominação social nas sociedades de classe e os mecanismos pelos quais ela se disfarça e se perpetua, procurando extrair os princípios que regem esta lógica a partir de análises concretas” (Catani, 2007, p. 74).



Para Bourdieu (2004), a noção de campo, pode, em sua essência, substituir a ideia de sociedade, pois, para ele, uma sociedade plural não irá se identificar plenamente integrada por funções sistêmicas, mas, ao contrário, será constituída por um conjunto de microcosmos sociais com atributos de autonomia relativa, com lógicas e possibilidades singulares, particulares, com interesses e disputas rígidas ao funcionamento de outros campos.

Em seu texto, Bourdieu (2004) aborda que o campo é um microcosmo social que possui uma certa autonomia, com normas, regras e princípios específicos, como também em alguns momentos é influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo. É um lugar de disputa entre os agentes que o compõem e que buscam manter ou alcançar determinadas posições. Essas posições serão alcançadas por meio da disputa de capitais específicos, reconhecidos de acordo com as características de cada campo.

Conseqüentemente, refletir com base no conceito de campo é pensar de forma relacional, é projetar o motivo ou acontecimento em uma contínua ligação e movimento. O campo também será um espaço de confronto, tomada de posição, luta, tensão, poder, já que, de acordo com Bourdieu, todo campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (Bourdieu, 2004, p. 22-23).

Nesse caso, com a frequente mudança nos hábitos pessoais e sociais pelo qual passa o mundo, é possível afirmar que o desenvolvimento econômico ao mesmo tempo que abre as portas para o consumo desenfreado, cria um abismo social gerando fome e miséria, desperdício e descarte. Vislumbrando o cenário, é possível sugerir a educação ambiental como uma saída para o processo de transformação social, visto que não se deve propor ações pontuais, mas tentar inculcar nas pessoas uma mudança de hábito para que os esforços não sejam movimentações isoladas sem a adesão da grande maioria.

É possível notar entre alguns autores que a educação ambiental moderna, deve estar presente na formação das pessoas em todas as etapas e espaços, visto que, com esforço e determinação suas ideias poderão ser colocadas em prática nas escolas, nos parques e reservas ambientais, associações e sindicatos; podem, também, serem utilizadas nos meios de comunicação, além de estudada, aperfeiçoada e executada nas Universidades. (Reigota, 1994).

Os autores Tauchen et al. (2005) e Kraemer (2004), enfatizam que o desenvolvimento sustentável perpassa por uma transformação estrutural e de pensamento e as Instituições de Ensino Superior (IES) seriam agentes especialmente dotados para



liderar esse caminho. É mister das instituições de ensino, sejam elas na formação inicial ou Universidades o ensino e a formação dos tomadores de decisão do futuro, promovendo o conhecimento, assumindo um papel essencial na construção de um projeto de sustentabilidade.

As questões que orientaram a construção desse texto foram: Como as relações de poder podem ou não interferir no nível de sustentabilidade da sociedade? O desenvolvimento sustentável é um aliado na tentativa de proporcionar um futuro às próximas gerações? A população tem noção do que pode ocasionar caso não sejam encontradas soluções para os problemas ambientais?

Orientações da ONU para o desenvolvimento sustentável

A ONU ao longo de sua história tem se preocupado em chamar a atenção de todos os habitantes do planeta para a questão ambiental, o próprio conceito de desenvolvimento sustentável foi cunhado pelas Nações Unidas, no documento Nosso Futuro Comum, ou, como é mais conhecido, Relatório Brundtland, segundo o documento, “Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. (Brundtland, 1987, p. 46).

O Relatório assume uma visão crítica ao modelo de desenvolvimento que estava sendo empregado nos países industrializados e reproduzido naqueles que estavam em desenvolvimento, acentuando que a prosperidade econômica e social não deve se pautar na utilização abusiva e devastadora da natureza. O seu propósito era firmar uma ajuda mundial que conciliasse a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico. Há, no entanto, uma fragilidade nesta definição por não especificar quais são as ações do homem no presente ou ainda para as gerações futuras.

Segundo Valente (2011, p. 24):

A importância do Relatório Brundtland, reafirmada na Agenda 21, decorre da constatação de que os padrões de consumo e de produção de bens seriam incompatíveis com a noção de desenvolvimento sustentável, em função de pressões e agressões que esses padrões imporiam ao sistema ambiental.

É diante deste cenário que surge a necessidade de promover um novo padrão de desenvolvimento que leve em conta, além dos indicadores de eficiência econômica, a preservação da sustentabilidade ambiental. Para isso, o poder público é conclamado a ser o protagonista como agente incentivador das demais instituições que o compõem,



de modo a incorporar a gestão ambiental nos seus processos, repensando suas relações.

De todos os documentos publicados e conferências realizadas pela ONU nenhuma havia sido tão impactante como a Agenda 21 da Cúpula da Terra, ou como é mais conhecida “Rio 92”, por agregar todos os pensamentos e anseios amadurecidos desde Estocolmo.

Em 1992, a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, e a necessidade imperativa para o desenvolvimento sustentável foi vista e reconhecida em todo o mundo. Na Agenda 21, os governos delinearão um programa detalhado para a ação para afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico, direcionando para atividades que protejam e renovem os recursos ambientais, no qual o crescimento e o desenvolvimento dependem. (ONU, 2018).

A partir dos dados levantados e discursões feitas, a ONU incluiu também a pobreza, a dívida externa dos países em crescimento; padrões insustentáveis de produção e consumo; pressões demográficas e a estrutura da economia internacional aos padrões de desenvolvimento ambiental. O programa de ação também recomendou meios de fortalecer o papel desempenhado pelos grandes grupos – mulheres, organizações sindicais, agricultores, crianças e jovens, povos indígenas, comunidade científica, autoridades locais, empresas, indústrias e ONGs – para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, para os educadores ambientais e pesquisadores da área o desafio tem sido a construção de um modelo institucional em que o tripé – ensino, pesquisa e extensão – consegue trazer para as discussões a cultura das práticas ambientais, ou seja, o desafio é praticar o que está sendo ensinado, pesquisar novos modelos do que é praticado e levar para além dos muros do ambiente educacional tudo o que é visto. Assim, as escolas e universidades estarão além de cumprindo sua missão com a capacitação de agentes transformadores, será também o local onde a troca de experiências trará resultados satisfatórios.

Porém, há um outro aspecto desse processo que precisa ser repensado. A colaboração da comunidade no processo de formulação do conteúdo a ser trabalhado, que em muitos casos é ignorada. Ela precisa ser ouvida e convidada a ser coautora do que será aplicado e ensinado. Ter como ponto de partida que a aprendizagem decorrente da vivência diária, enfatizando a questão do saber (experiências de seus antepassados), associado aos novos ensinamentos e práticas, para se transformar em uma comunidade



que cuida do meio ambiente visando uma melhor qualidade de vida para si, e para os demais que estão no planeta.

Os debates que antecederam a Conferência de Estocolmo fizeram com que a questão ambiental ganhasse maior projeção ampliando sua compreensão que até então estava entre o binômio desenvolvimento (economia) e meio ambiente (biologia), introduzindo a dimensão social. Desse modo, era preciso considerar de que forma os impactos provocados pela desaceleração do desenvolvimento industrial nos países desenvolvidos iriam refletir no cenário global e como esses países iriam se comprometer a ajudar os que estavam em desenvolvimento a melhorarem suas economias e o controle nas taxas de natalidade.

O desenvolvimento sustentável e suas dimensões

Nos moldes atuais o Desenvolvimento Sustentável se tornou um campo de disputa não somente ideológico, mas econômico onde, o pensamento defendido por Bourdieu, com discursos variados que se opõem em alguns momentos e em outros se complementam.

Christian Luis da Silva conceitua o desenvolvimento sustentável da seguinte forma:

(...) resultado da interação social em um determinado espaço, com bases culturais "cultivadas" no decorrer do tempo, com finalidades econômicas e obedecendo às instituições reconhecidas naquela sociedade e considerando a manutenção do estoque ambiental existente (Silva, 2006, p.17).

Já Tárrega e Perez acreditam que

O desenvolvimento sustentável engloba mais que crescimento econômico e proteção ambiental, ele é calcado também na ideia de equidade social e bem-estar, que constitui o seu terceiro pilar. Já foi reconhecido que tanto a pobreza como a riquezas extremas pressionam o meio ambiente. Portanto, ao se falar em desenvolvimento sustentável, deve-se considerar também o desenvolvimento social, afinal, é plenamente possível que o crescimento econômico coexista com a pobreza disseminada. Ademais, com o desenvolvimento social as pressões sobre o meio ambiente diminuem, na medida em que o uso sustentável dos recursos naturais auxilia a realização da equidade social (2007, p. 21).

O termo, desenvolvimento sustentável, refere-se a uma série de processos e práticas, envolvendo várias ações a serem feitas, e tem como objetivo melhorar a qualidade da vida humana. Não se refere à salvação a natureza, mas à internalização de estratégias, com a utilização de novos recursos que permitam o crescimento econômico e a



prosperidade compartilhada por todos usufruindo dos recursos que o meio ambiente pode oferecer.

O conceito de sustentabilidade ganha maior expressividade no meio político quando o tema desenvolvimento passa a ser um adjetivo para a crise ambiental pela qual o mundo passava na década de 1950, com as primeiras informações sobre poluição nuclear.

A partir deste período, tanto o mercado quanto os cientistas passaram a perceber que não existe um “lado de fora” para depositar esses problemas, todos estavam no mesmo barco e os danos ambientais gerados por uma nação não estariam restritos aos seus limites territoriais. Esses eventos foram de encontro a indústria bélica, aos governos que possuíam poder atômico, e aos que ganhavam com todo esse cenário. Toda essa disputa, conseqüentemente, beneficiou os movimentos ambientais que começavam a se fortalecer e firmar seus ideais, como também os movimentos sociais de combate à fome e a pobreza.

Diante do debate que foi construído a partir das Conferências da ONU, estabeleceu-se que o desenvolvimento sustentável é constituído em sua essência por três dimensões: ambiental, econômica e social. Porém, alguns autores como Ignacy Sachs (2007 e 1993), julgam que é composta de mais dimensões, sendo elas espacial, cultural, psicológica, política nacional e internacional, que não abordaremos durante o texto.

A dimensão ambiental é a mais conhecida e também defendida pela maioria dos pesquisadores. É caracterizada por argumentar que deve haver uma maior compreensão e respeito às dinâmicas do meio ambiente provocando uma reflexão acerca do homem não como dono do meio ambiente, mas como integrante e dependente dele. Ela supõe que a produção (economia) seja menos insensível e o consumo ocorra de modo a garantir que os ecossistemas sejam capazes de sua autorreparação ou capacidade de resiliência (Romeiro, 2012).

Na dimensão econômica, percebe-se que há um aumento no incentivo à produção por parte dos grandes empresários, conseqüentemente levando a um consumo maior de bens que serão fabricados com recursos naturais. Com a tentativa de amenizar os males causados com a utilização de fontes fósseis, água ou minerais, supõe uma ininterrupta busca por inovação tecnológica na tentativa de diminuir a dicotomia entre degradação e desenvolvimento econômico.

Para Daly (2004) a economia pode crescer até o momento em que não interfira na renovação dos sistemas naturais. Há também a defesa de que a exploração dos



recursos finitos deveria ser feita com menos celeridade de como é realizada nos dias atuais. Sendo assim, é preciso substituir os recursos não-renováveis, no consumo e produção de bens, por renováveis ou reciclados envolvendo a dimensão ambiental e econômica na produção.

A terceira e última dimensão é a social que tem como principal objetivo a igualdade de condições, possibilidade de possuir um bem e acesso aos serviços básicos para uma vida digna. Para que essa dimensão seja alcançada, é necessário entre outros fatores, que todos os cidadãos tenham o mínimo necessário para uma vida digna, o fim da precariedade dos serviços públicos e os recursos naturais e energéticos que prejudicam as pessoas não sejam manuseados ou consumidos (Nascimento, 2012).

A sustentabilidade traz para o âmbito do debate os interesses de forma geral sobre o mundo e seus habitantes, sem distinguir ou selecionar um grupo específico para condenar ou exaltar. De modo geral, seja ele de classe A ou E, habitante do primeiro ou terceiro mundo, todos precisam participar da discussão e adotar as medidas preventivas contemplando, assim, a visão holística para a solução dessa problemática.

O significado de Campo Social como um espaço de disputa ganha maior relevância nesse discurso pelas forças que tentam ter o controle do discurso, apontando os interesses simbólicos que estão em jogo como aqueles que nortearão o que fazer, para manter o desenvolvimento sem agredir tanto ou aqueles que apontarão quais medidas sociais serão implementadas para melhorar substancialmente os direitos e as condições da população pobre e a reduzir a distância entre os padrões de vida.

A Educação Ambiental como um Campo Social

O processo educacional é um desafio a ser enfrentado. O educador tem grande relevância nesse processo, pois por meio dele as pessoas são estimuladas a darem novos passos e crescerem cada vez mais. E ainda, referendados pelos saberes de Freire (2001), onde afirmava: “ninguém educa ninguém, ninguém conscientiza ninguém, mas ninguém se educa sozinho”, ou seja, é preciso avançar rumo ao futuro incerto, mas com a utopia de chegar a um patamar de resultados satisfatórios devido às ações desenvolvidas de grande envergadura sobre a educação ambiental.

Na prática educacional, torna-se evidente que a educação ambiental culmina em um desenvolvimento sustentável, mas também, tem o poder de extrapolar os limites locais por trabalhar com valores sociais, despertando e estimulando o educando para a verdade, a justiça, o respeito, a solidariedade, além de trabalhar o meio no qual ele está inserido e como preservá-lo, tendo em vista o seu futuro e o das próximas gerações.



De acordo com Freire, é preciso “estabelecer uma intimidade entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos” (Freire, 2010, p. 30). A partir da experiência, o educador tem a missão de dar autonomia ao educando para que ele saiba a importância da educação ambiental para ele e a compreensão do meio em que está. Tais fatores podem iluminar a terceira questão que orienta esta pesquisa, pois, tendo consciência da real situação ambiental global e analisando os problemas que tem na sua comunidade, por meio do conhecimento ambiental, é possível sugerir propostas a serem seguidas na tentativa de solucionar a problemática ambiental.

Logo, o desafio para quem é um educador, sendo ele ambiental ou de qualquer outra área de conhecimento, são os saberes. Na troca de saberes entre o professor e o educando, este o constrói e reconstrói desenvolvendo sua autonomia. É preciso respeitar o aluno em seu contexto e individualidade, buscando construir entendimentos e significados de forma conjunta, criando novos conhecimentos de forma autônoma, não transformando o processo de aprendizagem em um momento de uma fala e o outra escuta, mas em um processo autônomo.

Segundo Carvalho (2004), é preciso ultrapassar a visão simplista de conscientizar a partir de datas comemorativas, planos isolados voltados para determinado ponto, ou até coleta seletiva e plantio de árvores. Tudo isso, reduz a visão ampla que a Educação Ambiental tem e traz para um nível de ação específica por meio de campanhas ou de atividades práticas. É preciso com o suporte da literatura, aliada ao conhecimento adquirido, problematizar a situação local através de uma análise de conjuntura, fazendo proposições e apontando saídas.

Considerando a Educação Ambiental a partir da noção de Campo Social é possível assegurar que também ela é formada por vários atores e organizações que comungam de uma base de valores e regras comuns. Entretanto, esses atores discordam entre si, se diferenciam em suas concepções sobre a questão ambiental e da maneira que os trabalhos são conduzidos. Os diversos grupos disputam entre si a hegemonia do campo e a oportunidade de direcioná-lo de acordo com sua interpretação e seus interesses (Layrargues, 2011).

Com tal característica, o conceito de Campo Social agrega à análise da Educação Ambiental o princípio de diversidade como também o de disputa pelo direito de orientar os rumos de suas práxis, ou seja, diversos grupos querem orientar os rumos do pensamento ambiental, por reconhecer que aqueles que estiverem à frente desse



campo terão o controle do discurso, conseqüentemente poderão estabelecer tendências e novos paradigmas.

Considerações finais

A partir da já sólida constatação de que o planeta é um só e finito, surgem preocupações e desafios comuns à raça humana, que demandam esforços também comuns a todos, uma vez que os hábitos incorporados na atual conjuntura podem ser vistos como uma prévia para um futuro incerto. A utilização dos termos sustentável, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável dentro dos espaços de debate, traz para o centro da questão os rumos que serão traçados por aqueles que detêm o poder, dentro deste campo.

A sustentabilidade deve ser vista como um grandioso processo utilizado para mensurar não somente o grau ou o nível da qualidade desse complexo sistema ambiental, mas para avaliar qual a distância real do que seria ideal para uma vida digna e que favoreça o bem-estar das pessoas e o real, onde há uma desigualdade social que obriga aos que estão na linha da pobreza a não serem sustentáveis, não por não terem consciência, mas por não poderem acompanhar o apelo feito.

O desenvolvimento sustentável foi a ferramenta encontrada para que, com base em estratégias daqueles que possuem o controle do campo, houvesse uma maior aproximação do sistema ao nível de sustentabilidade que não colocasse a vida e a complexa estrutura econômico-social, no qual está inserido, em colapso ao longo do tempo. Estas questões propõem que as mudanças no entendimento e posicionamento das pessoas somados aos seus interesses e atitudes ajustassem os indicadores sociais em direção a uma postura diferente onde, a implementação do desenvolvimento sustentável pautado na sustentabilidade, alcança o ser sustentável, retomando assim, o segundo questionamento que orienta esse projeto.

No interior dos campos existem disputas por controle e legitimação dos bens produzidos, assim como também são estabelecidas diferentes relações e assumidas variadas posturas pelos agentes que os compõem. Percebe-se com isso, uma tentativa ou aparato das mais diversas áreas, de firmar o desenvolvimento sustentável conforme seus interesses, gerando vantagens e controlando as pessoas por meio de promoção de campanhas educativas que induzem a uma outra postura; meios tecnológicos; estabelecendo dependências ou satisfações fúteis; fazendo com que certas camadas da sociedade se sintam fora do contexto por não estarem participando de determinado campo ou se vejam superiores por consumirem determinados padrões.



Mesmo com os alertas dos grupos ambientalistas, pesquisadores e a ONU, somente agora que população mundial só começou a adotar hábitos, posturas e adquirir consciência do real problema com as graves alterações climáticas que estão ocorrendo e que certamente irão piorar nos próximos anos. Entretanto, é inviável abordar esses problemas sem uma perspectiva mais ampla que envolva de forma unificada as dimensões ambiental, econômica e social por estarem relacionados com toda a conjuntura global e a fatores como a pobreza e desigualdade mundial.

Acredita-se também, que a educação ambiental seja uma poderosa ferramenta em todo o contexto do desenvolvimento sustentável. Por meio dela é possível problematizar e refletir todos os fatores causadores deste panorama ambiental global e, envolvendo a sociedade em todos os seus níveis será possível melhorar os níveis de degradação ambiental. Poderão não reverter a situação atual do meio ambiente, mas certamente ampliar a conscientização da, não colaborando para que os índices negativos avancem rumo ao futuro de incertezas.

Referências bibliográficas

Araújo, S. M. de; Freitas, L. S. de; Rocha, V. S. G. Gestão Ambiental: Práticas Sustentáveis nos campi de uma IFES. Campina Grande/PB: UFCG, 2017. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/672>>. Acesso em: 05abr.2018.

Bourdieu, P. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. A Caminho da Agenda 21 Brasileira: Princípios e Ações 1992/97. Brasília, 1997.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 Local. Brasília: MMA, 2010. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local>>. Acesso em: 03abr.2018.

_____. MMA/MEC. Mapeamento da educação ambiental em instituições brasileiras de educação superior. Série Documentos Técnicos, nº 12. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2007.

Brundtland, G. H. (Org.). Nosso futuro comum. Rio de Janeiro - RJ: Fundação Getúlio Vargas - FGV, 1987.

Buarque, C. A universidade numa encruzilhada. In: Unesco Brasil. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001363/136394por.pdf>>. Acesso em: 23mai.2018.



Carvalho, I. C. de M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004. 256 p.

Catani, A.M. As possibilidades analíticas da noção de campo social. Educ. Soc. [online]. 2011, vol.32, n.114, pp.189-202. ISSN 0101-7330. Disponível em: <

<http://www.scielo.br/pdf/es/v32n114/a12v32n114.pdf>>. Acesso em: 07dez.2018.

Catani, A.M. Compreendendo os fundamentos ocultos da dominação. Revista Educação, São Paulo, v. 5, p. 74-83, 2007.

Cordani, Umberto G.; Marcovitch, Jacques; Salati, Eneas. Avaliação das ações brasileiras após a Rio – 92. Estudos Avançados, vol.11 no. 29, São Paulo, jan. /abr. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a19.pdf>> Acesso em: 05 set. 2015.

Daly, Herman E. Crescimento sustentável? Não, obrigado. In: Ambiente & sociedade, jul- dez; ano/vol. 7, n. 002. Campinas: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em ambiente e sociedade – ANPPAS, 2004. p. 197-201.

Feil, A. A.; Schreiber, Dusan. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: Desvendando as Sobreposições e Alcances de seus Significados. Cadernos Ebape.Br (FGV), v. 14, p. 667-681, 2017.

Freire, P. Carta de Paulo Freire aos professores. Ensinar, aprender: leitura do mundo, leitura da palavra. In: Estudos Avançados. USP: 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9805/11377>>. Acesso em: 15jun.2018.

_____. Pedagogia do oprimido. Revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

Guimarães, M. Educação Ambiental Crítica. In: Identidades da Educação Ambiental brasileira. MMA. Brasília. 2004. Disponível em: <

http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf>. Acesso em: 15jun.2018.

Ipiranga, A. S. R.; Godoy, A. S.; Brunstein, J. Desenvolvimento Sustentável: um desafio para o mundo acadêmico, a práxis profissional e as escolas de Administração (Prefácio, Posfácio/Introdução). Revista de Administração Mackenzie, v. 12, n. 3, p. 13-20, 2011.

Kraemer, Maria Elisabeth Pereira. O ensino universitário e o desenvolvimento sustentável. Comscientia-NIMAD.UFPR.BR,2013. Disponível em: <<http://www.comscientia>



nimad.ufpr.br/2006/02/acervo_cientifico/outros_artigos/artigo_maria_elizabeth.pdf>.

Acessado em: 03mai.2018.

Layrargues, P.P. & Lima, G.F. da C. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. Anais do VI Encontro "Pesquisa em Educação Ambiental". Ribeirão Preto: USP. 2011.

Lourenço, M. L.; Carvalho, D. M. W. Sustentabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável. RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia, v. 12, p. 9-38, 2013.

Marcomin, Fátima Elizabeti. Silva, Alberto Dias Vieira da. A sustentabilidade no ensino superior brasileiro: alguns elementos a partir da prática de educação ambiental na Universidade. Tubarão/SC: UNISUL, 2009. Disponível: <<https://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/999>>. Acesso em: 03mar.2018.

Nascimento, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do social ao ambiental, do ambiental ao econômico. Estudos Avançados (USP. Impresso), v. 26, p. 51-64, 2012. Organizações Das Nações Unidas. Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano, Estocolmo, 5-16 de junho de 1972. Disponível em:

<[Http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc)>. Acesso em: 15abr.2018.

Reigota, M. O que é educação ambiental. 4. ed. São Paulo: Brasiliense. 64 p. 1994. (Coleção primeiros passos).

Romeiro, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômica ecológica. Estud. av., 2012, vol.26, no.74, p.51-64. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a06v26n74.pdf>>. Acesso em 20nov.2018.

Rosa, P. D.; Botelho, M.L.M.; Seifert Junior, C. A. Estado da arte de práticas e modelos sustentáveis das universidades. In: VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, 2015, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2015/I-022.pdf>>. Acesso em 20abr.2018.

Sachs, I. Rumo à socioeconomia – teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1993.

Silva, A. D. V.; Marcomin, F. E. A universidade sustentável: alguns elementos para a ambientalização do ensino superior a partir da realidade brasileira. Revista Contrapontos. Itajaí, v. 9, n. 2, p. 104-117 - mai/ago 2009. ISSN: 1984-7114. Disponível em:



<[Http://www.univali.br/contrapontos](http://www.univali.br/contrapontos)>. Acesso em: 25abr.2018.

Silva, Christian Luiz da. Proposta de um modelo de monitoramento e avaliação do desenvolvimento sustentável. In: Silva, Christian Luiz da (Org.). Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

Tárrega, Maria Cristina Vidotte Blanco (org.). Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: RCS Editora, 2007.

Tauchen, Joel; Brandli, Luciana Londero. Gestão ambiental em instituições de ensino superior: Modelo para implantação em campus universitário. Gestão e Produção v.13, n.3, p.503-515, set.-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/11.pdf>> Acesso em: 03mai.2018.

Valente, M. A. L. Marco legal das licitações e compras sustentáveis na Administração Pública. Consultoria do Senado. Estudo março/2011. Brasília-DF: Gráfica do Senado, 2011. 24p.